



MICHEL FOUCAULT, 40 ANOS DEPOIS

Em 25 de junho de 1984, aos 57 anos, morre Foucault. Testemunho de sua profunda influência na filosofia contemporânea, sua obra continua a inspirar e desafiar gerações de pensadores e pensadoras. O filósofo nos legou uma análise crítica da finitude do corpo, da subjetividade, da identidade, da linguagem, do autor, da verdade, do saber, da obra. Finitude que nos mostra as dobras de um pensamento que se atualiza pelos textos póstumos de Foucault, mas não apenas. Estamos falando de um pensamento que é continuamente atualizado por pelo menos três vias. A estabelecida por pesquisadores e pesquisadoras de diferentes línguas e culturas cujas obras são verdadeiras trilhas rigorosamente lapidadas para a compreensão dos textos de Foucault; a construída por pensadores e pensadoras como Judith Butler, Paul Preciado e Silvia Federici, que problematizam, nos rastros de Foucault, que sujeito somos hoje em nosso tempo presente; e a criada por diferentes pessoas que, fora do espaço universitário e acadêmico, experienciam a vida pelas lentes ofertadas por Foucault. Pensamento heterotópico, passou a ocupar diferentes espaços e individualidades, o que só foi possível porque com ele aprendemos a problematizar a função do autor, reverenciando não o Filósofo, mas o texto filosófico.

Assim, não por acaso, em um sebo em Salvador/Ba, em 2024, um guarda municipal procura por livros de Foucault: “não é aquele que estuda a prisão?” – pergunta ele, que quer ler seus livros para compreender como somos controlados. Eis como o Foucault “experimentador”, e não o teórico, sobrevive. É a experiência da modificação, da transformação; possibilidade de pensar e viver de outra forma, como ele mesmo indicou¹:

Meu problema é o de fazer comigo mesmo, e de convidar os outros a fazer comigo, através de um conteúdo histórico determinado, uma experiência do que somos, do que não é somente o nosso passado, mas também o nosso presente, uma tal experiência da modernidade que dela saíamos transformados. O que significa que no final do livro possamos estabelecer novas relações com o que está em questão [...].

Foucault permanece presente quando o seu pensamento é atualizado pelas nossas experiências frente às relações de poder, ao assujeitamento, à sujeição, à individualização, à medicalização, à exclusão. Como se, por meio de suas palavras, pudéssemos sentir o peso das formas de governo que nos envolvem, mas também a liberdade de questioná-las e transformá-las. Pensamento vivo que possibilita a problematização da experiência que tornou possível a

¹ Cf. FOUCAULT, M. Entretien avec Michel Foucault [Entrevista com Michel Foucault]. In: *Dits et écrits*, vol. IV. Paris: Gallimard, 1994.

cristalização do saber, das instituições e das subjetividades, mas, sobretudo, do pensamento como experiência transgressora, como caminhos de existência para vidas que resistem e confrontam as instituições, os dispositivos, o discurso de verdade, a norma e, acima de tudo, o nosso presente. O pensamento vivo de Foucault é um acontecimento... Vamos celebrá-lo nesse Dossiê.

.....

Em “Foucault, filósofo: elementos para pensar a educação”, Sílvio Gallo analisa a influência de Michel Foucault na educação, destacando sua recepção no Brasil a partir dos anos 1990, impulsionada, principalmente, por Tomaz Tadeu da Silva e Alfredo Veiga-Neto. Inicialmente, os estudos focaram no poder disciplinar (*Vigiar e Punir*), evoluindo para a governamentalidade e, mais recentemente, para conceitos como "cuidado de si" e "parresia". Gallo diferencia dois usos de Foucault na pesquisa educacional: como *operadores metodológicos* (ferramentas como arqueologia e genealogia) e *operadores conceituais* (como disciplina, biopoder e psicagogia). O autor analisa a rotulação “pós-estruturalista”, rejeitada por Foucault, e ressalta a originalidade da apropriação brasileira, distante da tradição francesa. A psicagogia é destacada como proposta transformadora, priorizando a subjetivação em vez do mero assujeitamento. Por fim, Sílvio Gallo nos mostra que o legado de Foucault permanece vital, estimulando abordagens críticas e inovadoras na educação brasileira, com potencial para repensar práticas pedagógicas e promover uma “vida outra” através da educação.

O artigo de Luiz Damon Moutinho analisa o anti-humanismo e o antirracionalismo em Foucault, destacando sua crítica ao “Homem” como construção histórica e à razão como instrumento de dominação. Damon nos mostra como Foucault rejeita o humanismo por aprisionar a alteridade (presente na loucura, por exemplo) em um “círculo antropológico”, reduzindo-a a um “Outro do Homem”. A razão, longe de ser neutra, é vista como mecanismo de controle, vinculada a práticas de poder que normatizam e disciplinam. O autor ressalta as camadas do pensamento foucaultiano: da análise da loucura como “grau zero” da civilização à ênfase no poder produtivo (não apenas repressivo) que fabrica sujeitos e normas. A governamentalidade surge como tecnologia de gestão da população, dissolvendo o Estado, o capital e a classe burguesa como agentes centrais, em favor de redes descentralizadas de poder. Como argumenta Damon, Foucault desloca o foco de estruturas hegelianas (como o Estado) para práticas dispersas, sem estratégia unificada, questionando a racionalidade intrínseca do

capital e a ideia de “sujeito automático”. O desfecho analisado pelo autor é sintomático: a obra de Foucault desafia modelos tradicionais de poder, enfatizando a multiplicidade e a produtividade das relações de dominação, mantendo relevância crítica frente às instituições modernas.

No texto “Qual Soberania?”, Marcos Nalli examina a complexidade do conceito de soberania em Michel Foucault, destacando que sua compreensão vai além de um mero contraponto à disciplina e à biopolítica. Analisando obras como *O poder psiquiátrico* e *Vigiar e punir*, o autor nos mostra como Foucault contrasta a soberania (vinculada ao poder absoluto, ritualizado e violento) com práticas modernas como a disciplina (anônima e técnica) e a biopolítica (gestão da vida). O exemplo da deposição do Rei George III ilustra a substituição do poder soberano pelo disciplinar. Como sabemos, no curso *Em defesa da sociedade*, Foucault associa a soberania ao direito de “fazer morrer”, enquanto a biopolítica inverte essa lógica para “fazer viver”. Ocorre que, como argumenta Nalli, a soberania não desaparece, mas se reconfigura em contextos neoliberais, integrando-se a mecanismos de autolimitação e interesses coletivos. O autor nos mostra que Foucault nos permite ir além de uma definição única de soberania, vislumbrando múltiplas perspectivas históricas, revelando sua adaptação a novas racionalidades de governo, como a economia política e a governamentalidade.

Christian Dunker, no artigo *O Barroco como Ponto de Virada da Obra de Foucault*, analisa, sobretudo, textos e palestras proferidas por Foucault em Túnis em 1967, e que foram publicados recentemente (em 2024 no Brasil, pela Editora Ubu, e em 2019 na França pela J.Vrin). A hipótese apresentada por Dunker é a de que foi por meio do encontro com o Barroco, como dramaturgia e problemática estética, que Foucault teria encontrado um conjunto de questões vinculadas à passagem da perspectiva arqueológica para a genealógica em sua pesquisa. Dunker mostra assim, num texto primoroso, como temas como a loucura, representação e verdade foram pensados por Foucault a partir de um momento histórico pontual e cujos desdobramentos vemos em sua pesquisa genealógica sobre a experiência do corpo e dos prazeres.

Margaret A. McLaren e Sanjula Rajat, em *Biopolitics and reproductive injustice: the medicalization of reproduction and transition*, analisam a sexualidade a partir de duas perspectivas: a da reprodução e a do cuidado da saúde trans. Para tanto, se apoiam nos textos de Foucault para refletir como as estratégias do biopoder resultam na opressão reprodutiva. As autoras nos mostram, assim, como o controle sobre a população promoveu a profissionalização da medicina, com a substituição das parteiras pelos médicos, e a esterilização forçada ou

coagida de pessoas "ínaptas", como aquelas com deficiências cognitivas ou físicas, não-brancos e pessoas pobres. Este texto destaca o caráter eugênico da função normalizadora da biopolítica que opera para tornar indissolúvel a relação entre branquitude e heteronormatividade, às custas da não reprodução biológica de pessoas trans, pobres, negras, com deficiências cognitivas ou físicas.

O artigo de Johanna Oksala analisa a reinterpretação de Michel Foucault sobre Maquiavel, especialmente em *Segurança, Território, População*. Oksala argumenta que Foucault não busca uma leitura "verdadeira" de Maquiavel, mas investiga como seu texto foi instrumentalizado em debates políticos, questionando a narrativa linear da modernidade. A autora nos mostra que Foucault desafia a visão tradicional que enxerga Maquiavel como fundador da filosofia política moderna, posicionando-o como pensador pré-moderno vinculado ao poder soberano e à relação externa entre governante e território. A governamentalidade moderna, em contraste, emerge na gestão de populações, na economia política e nas técnicas de governo, e não na mera manutenção do poder. Oksala nos mostra como, na leitura foucaultiana, a literatura antimaquiavélica do período não rejeitava Maquiavel por subversão, mas o usava como contraponto para desenvolver a *raison d'État*, priorizando racionalidades administrativas e estatísticas. Enquanto Maquiavel via o Estado como propriedade do príncipe, a modernidade o transforma em entidade gerida através de conhecimentos técnicos (economia, estatística).

Giovana Temple, em *O governo da conduta e a experiência crítica: (des)conexões entre o sujeito e o poder*, lança luz sobre o conhecido texto de Foucault *O sujeito e o poder* (1982), com o objetivo de apresentar uma explicação para a afirmação de Foucault de que é o sujeito, e não o poder, o tema central de suas pesquisas. Para tanto, Giovana nos mostra como as análises empreendidas por Foucault sobre a arte de governar e a racionalidade econômica dizem respeito à questão do poder, sobre o exercício do poder, mas apontam, sobretudo, para a preocupação central de Foucault, qual seja, o modo pelo qual nos tornamos sujeitos por meio de processos de objetivação e de individualização.

Em *Pelos rastros da ars erotica na genealogia da sexualidade em Michel Foucault*, Regiane Collares se atém às aulas ministradas por Foucault em Vincennes (1969), no curso *A genealogia do saber moderno sobre a sexualidade*, realizado na Universidade de São Paulo (1975), e no primeiro volume de *História da Sexualidade* (1976), para apresentar um rigoroso estudo sobre a *ars erótica* no pensamento de Foucault. Ao lado da análise cuidadosa feita pela autora, há um objetivo: o de problematizar até que ponto a *ars erótica* poderia ser tomada como

um espaço outro (heterotopia) de contestação ético-política que atravessou a obra de Foucault no que diz respeito às questões da sexualidade.

Já Gabriel Vilarinho, em *Arquitetura dos espaços, vida como obra de arte: heterotopia e estética da existência em Foucault*, analisa a temática da heterotopia no pensamento de Foucault, partindo de *As palavras e as coisas* (1966), passando pelas conferências radiofônicas realizadas no mesmo ano, intituladas *O corpo utópico* e *As Heterotopias*, para dar destaque à conferência de 1976, publicada em 1984 sob o título *Espaços outros*. Neste percurso, Gabriel nos mostra como Foucault faz uso da heterotopia, primeiro vinculando-a à linguagem, e, posteriormente, aos espaços. É esse uso da heterotopia que interessa às análises de Vilarinho. Ao lado de Baudelaire e Arthur Rimbaud, ele problematiza como os espaços que nos envolvem podem estar associados ao exercício da vida como uma obra de arte e de uma atitude crítica.

Em *Notas sobre a fenomenologia no pensamento do jovem Foucault*, Daniela Lima Barros nos apresenta uma análise sobre a importância da fenomenologia para os textos de Foucault anteriores à sua pesquisa arqueológica, datados, portanto, da década de 1950. Essas reflexões de Barros são feitas a partir, sobretudo, da recente publicação dos manuscritos inéditos de Michel Foucault de 1950: *Phénoménologie et psychologie* e *Binswanger et l'analyse existentielle*. Encontramos, assim, neste texto, um trabalho que contribuiu para problematizar tanto a presença quanto o apagamento da fenomenologia na arqueologia foucaultiana.

No texto *Foucault e a crítica às ciências: "antecâmaras" da arqueologia*, Jorge Alberto Rocha propõe que o surgimento do projeto arqueológico foucaultiano não poderia existir sem uma compreensão do significado das ciências funcionando como uma antecâmara do método arqueológico. Para tanto, o autor se detém em textos de Foucault de 1975 e em *História da Loucura* (1961), para problematizar como Foucault refletiu o *modus operandi* das ciências, o que teria sido essencial para a consolidação de seu método arqueológico.

O artigo de Pablo Benevides investiga como a análise de Michel Foucault, frequentemente associada à subjetividade, centra-se também na objetivação dos saberes, desafiando interpretações que negam sua contribuição nesse campo. Utilizando métodos arqueológicos (análise de enunciados e formações discursivas) e genealógicos (estudo de mecanismos de poder), o autor nos mostra de que modo práticas como o *exame* (poder disciplinar) e a *confissão* (dispositivo da sexualidade) objetivam indivíduos, produzindo saberes científicos e normas sociais. O exame, ao catalogar e normalizar corpos, e a confissão, ao extrair verdades íntimas, revelam processos de objetivação imbricados na subjetivação. Problematizando críticas de autores (como as de Habermas e Žižek) que acusam Foucault de

relativismo, Pablo Benevides argumenta que a abordagem foucaultiana desloca a objetividade para a materialidade das práticas históricas e institucionais. Assim, analisa o autor, subjetivação e objetivação não se opõem: a primeira é efeito da segunda, mediada por dispositivos de poder. De modo que a obra de Foucault nos permite expandir a compreensão da noção de racionalidade, integrando dimensões antes consideradas refratárias à objetividade, como a interioridade e a experiência subjetiva.

O texto de Ronaldo Pelli explora a relação entre Nietzsche e Foucault, considerando o ascetismo como uma “educação dos afetos” para a constituição de um sujeito autônomo. Nietzsche, em *Genealogia da Moral*, identifica no cristianismo o ascetismo que, associado ao sacerdote ascético, nega a vida e fomenta valores niilistas. No entanto, prossegue Pelli, o filósofo também se depara com uma ascese positiva, baseada em “exercícios espirituais” e higiene fisiológica, visando criar uma subjetividade afirmativa, capaz de transcender a moral tradicional. Foucault, por sua vez, instigado pela ideia de uma “estética da existência”, retoma a *askésis* greco-romana, argumenta Pelli, em face da questão da resistência ao neoliberalismo, que captura os desejos e impõe a lógica do “indivíduo empresário”. As análises dos filósofos convergem em direção de uma autonomia que se sobrepõe a formas de assujeitamento próprias dos processos de subjetivação cristã e neoliberal. Assim, afirma o autor, apesar das críticas nietzscheanas ao ascetismo cristão, Nietzsche e Foucault compartilham a visão de que a subjetividade pode ser pensada em formas de resistência, por exemplo, através de uma pedagogia dos afetos.

A função-autor em Foucault na era da inteligência artificial é um texto de Alejandro Knaesel Arrabal e que tem por objetivo enfrentar, a partir de Foucault, um debate contemporâneo, a saber, o uso da função-autor frente o desenvolvimento dos algoritmos de Inteligência Artificial. Knaesel problematiza as implicações do avanço tecnológico no que concerne ao trabalho intelectual, retomando a conferência proferida por Foucault em 1969, intitulada *O que é um autor?* O que está em questão neste texto é: na função-autor, que faz o autor pertencer à obra e não o contrário, assumindo o autor um caráter funcional para o discurso? Como fica a apropriação da obra, e conseqüentemente do autor, pela inteligência artificial? Quais os usos de poder deste discurso apropriado pela inteligência artificial?

O artigo de Kaira Neder analisa a noção de *milieu* (meio/ambiente) em Foucault, destacando sua dualidade: como condição epistêmica (emergindo na modernidade com a biologia, conforme *Les mots et les choses*) e ferramenta de poder (na biopolítica e na

governamentalidade). Influenciado por Canguilhem, que rastreou o conceito desde Newton até Lamarck, Foucault o vincula à regulação de populações, como no urbanismo, saúde pública e segurança. Na arqueologia, como mostra Neder, o *milieu* surge como objeto científico; na genealogia, torna-se dispositivo de controle, articulando saberes e práticas. A noção revela a (des)continuidade entre as fases de Foucault, unindo crítica ao saber e análise do poder, enquanto dialoga com a visão de Canguilhem sobre a relação dinâmica entre organismo e ambiente. Assim, conclui a autora, o *milieu* ilustra como a modernidade entrelaça ciência e dominação, relação essencial para entender a biopolítica.

O artigo de Gilson Carreira Junior articula o conceito de *parresia* (coragem de dizer a verdade) em Foucault com a teoria das *capabilities* (potencialidades humanas essenciais) de Nussbaum, explorando como ambos contribuem para uma vida autêntica e plena (*eudaimonia*). O autor nos mostra que Foucault analisa a *parresia* como prática cínica de resistência às estruturas de poder, vinculando-a à autenticidade e à liberdade ética; enquanto Nussbaum defende que as *capabilities* (como saúde, educação e afiliação) são condições para a dignidade humana e justiça social. A interseção entre ambos revela que a *parresia*, ao desafiar normas opressoras, e as *capabilities*, ao garantir oportunidades, fortalecem o *ethos* democrático. Carreira Junior argumenta que Foucault enfatiza a prática individual corajosa, ao passo que Nussbaum oferece um arcabouço normativo para políticas inclusivas. Juntas, defende o autor, as abordagens promovem equilíbrio entre autenticidade pessoal e justiça coletiva, destacando-se como complementares na busca por sociedades mais equitativas e humanizadas. Assim, essa integração teórica reforça a democracia ao unir crítica ética e desenvolvimento humano integral.

Em *A contribuição do conceito de tecnologia em Foucault para a compreensão de gênero e sexualidade na teoria queer*, Diogo Gouveia, Rodrigo Barbosa e Sheila Borges propõem, a partir de autores como Paul Preciado e Teresa Lauretis, uma reflexão sobre conceitos como tecnologia de gênero e tecnologia de sexo a partir das análises de Foucault sobre as tecnologias do poder e as tecnologias de si. Trata-se, assim, de um texto que se apoia na noção de tecnologia em Foucault para refletir a noção de gênero e sexualidade na teoria *queer*.

O artigo “Herança foucaultiana: A coragem da verdade” centraliza-se na *parrhesía*, traçando suas raízes desde os pré-socráticos. Destaca a filosofia cínica, personificada por Diógenes, que radicalizou a coerência entre vida e discurso, confrontando a democracia em crise. Contrasta a ética pagã, baseada na liberdade e no risco, com a disciplina cristã, que transformou a confissão em submissão. Foucault explora Sócrates como *parrhesiasta*, cuja

ironia e maiêutica desafiaram convenções, culminando em sua execução. O texto ressalta a relevância dessas reflexões para a ética docente, propondo que o autoconhecimento e a coragem de enfrentar verdades sejam ferramentas na formação de professores, alinhando práticas pedagógicas a um “modo de vida” filosófico.

Boa leitura!

Giovana Carmo Temple (UFRB)

Malcom Guimarães Rodrigues (UEFS)